

QUESTÕES PARA A ARQUIVÍSTICA NO PRESENTE

Clarissa M. S. Schmidt¹

EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. 346 p. Tradução de Anderson Bastos Martins, com revisão técnica de Heloísa Liberalli Bellotto.

Publicada originalmente em inglês no ano de 2010, e cuidadosamente traduzida para o português pela excelente iniciativa de professores do curso de Arquivologia da UFMG, que contaram com a colaboração técnica de Heloisa Bellotto, a obra é uma coletânea de textos originais, escritos por especialistas da área de arquivos, que foram convidados pelos autores Terry Eastwood, arquivista canadense que por muitos anos foi professor da Universidade de British Columbia, e Heather MacNeil, professora da Universidade de Toronto/Canadá.

O objetivo da publicação foi, com olhares do presente, influenciados pelas correntes pós-modernas de pensamento sobre o discurso arquivístico, explorar *a progressão, a direção e o fluxo do pensamento arquivístico acerca da natureza e do propósito do arquivo e do papel dos arquivistas e das instituições na preservação do patrimônio documental* (p. 7). E de modo a alcançá-lo, a estrutura do livro foi construída em uma introdução e três seções, que na verdade podem ser consideradas grandes eixos, para discutir questões fundamentais que convivem na área, no contemporâneo. A saber: Alicerces, Funções e Modelos e metáforas. Vale ressaltar que, no final do livro, são

¹ Professora dos cursos de graduação em Arquivologia e da Pós-graduação em Ciência da Informação/PPGCI, na Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos/PPGARQ, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. E-mail: clarissaschmidt@id.uff.br.

dedicadas algumas páginas para contextualizar os leitores acerca dos autores, facilitando assim a compreensão do(s) lugar (es) do(s) discurso(s).

A introdução, escrita por Heather MacNeil, além de nos apresentar a obra e a forma como está organizada, nos convida a lê-la a partir dos cinco temas e mudanças que, de acordo com Terry Cook (1997), emergem no discurso arquivístico do último século, sendo: razões para existência dos arquivos, meios pelos quais os arquivistas buscam preservar documentos, as fontes da teoria arquivística, transição da noção do arquivista enquanto “guardião passivo e neutro de documentos” para “formador ativo do patrimônio documental”, e a troca da idéia de que “a teoria arquivística é universal”, em favor da teoria arquivística “historicamente situada e determinada”.

Alicerces

Organizado para discutir as origens e o desenvolvimento da teoria e da metodologia arquivística, isto é, elementos que dão sustentação ao nosso campo científico - os alicerces, esta seção contempla dois capítulos que nos convidam a ampliar nosso olhar para tais questões, de maneira a dialogar e questionar abordagens ditas tradicionais para o campo dos arquivos.

Nesse sentido, o primeiro capítulo, *Um domínio contestado. A natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística*, é de autoria de um dos organizadores do livro, o canadense Terry Eastwood. Ao longo do texto, o autor vai contextualizando e contestando, no tocante à natureza dos arquivos, as idéias por ele chamadas de tradicionais na trajetória da Arquivística. No decorrer desta construção crítica, fundamentada principalmente nas idéias de Hilary Jenkinson, Eastwood argumenta que o pensamento tradicional não é mais conciliável com as atuais noções acerca da natureza dos arquivos, apresentando-as e as discutindo. É interessante destacar que o autor não propõe rupturas com as abordagens tradicionais, mas sim, pretende ressignificá-las frente às problemáticas que se apresentam no presente para a natureza dos arquivos, seus construtos teóricos, métodos e práticas.

Já *Origens. Idéias em evolução sobre o princípio da proveniência*, a arquivista canadense Jennifer Douglas busca convencer os leitores da necessidade de ampliação e

renovação do princípio da proveniência. Analisa este princípio, que marca o início da Arquivística, em três momentos. Inicialmente apresenta suas origens nos arquivos nacionais europeus, tornando-o um princípio organizador de documentos. Em um segundo momento, demonstra sua redescoberta pelos arquivistas estadunidenses, passando a ser visto como um construto físico e intelectual. Por fim, a tentativa de expandir fronteiras, colocando-o como contexto sócio histórico e discutindo novas possibilidades, como a proveniência social, a secundária e a deslocada. O texto de Douglas encontra seu ponto alto quando nos contempla com a história e evolução do princípio da proveniência, permitindo-nos conhecer matizes fundamentais deste marco teórico basilar.

Funções

A segunda parte do livro dedica-se a discutir problemáticas envoltas no documento de arquivo de fase permanente. Ou seja, as funções arquivísticas avaliação e descrição, a preservação e a mediação arquivística.

Dentro ou fora do documento? Noções de valor arquivístico, é o terceiro capítulo do livro, escrito pela professora da Universidade do Texas/Austin, Ciaran B. Trace. A autora inicia apresentando um panorama histórico sobre a função avaliação arquivística, analisando como essa função acontecia em períodos anteriores à Revolução Francesa (1789), as idéias do arquivista inglês Hilary Jenkinson e suas propostas para avaliação nos anos 1920, como a Alemanha lidava com a avaliação neste mesmo período, até chegar à trajetória da avaliação nos Estados Unidos.

Ao discutir tal função arquivística em solo estadunidense, demonstra diferentes abordagens que a problematizaram, tais como as práticas de avaliação preconizadas pelo Arquivo Nacional a partir de meados dos anos 1930, as idéias de Philips Brooks na década de 1940, perpassando pelas propostas de Bauer, até chegar em T. R. Schellenberg, na década de 1950. Apresenta as teorias de valor construídas por este autor, apontando as críticas por ele elaboradas em relação às concepções de Jenkinson para a avaliação. Continua ainda analisando as abordagens americanas, apresentando as perspectivas de Brichford no final de década de 1970 e as críticas da abordagem taxonômica de Frank

Boles e Julia Young em relação às idéias de Schellenberg, para assim, apresentar Gerald Ham e suas propostas, nas décadas de 1970 e 1980, para avaliação, denominadas “documentar a sociedade”. Encerradas estas discussões, demonstra a “estratégia de documentação, proposta pelo alemão Hans Booms e teorizada pela americana Helen Samuels.

Após contextualizar as diferentes propostas para avaliação, apresenta como esforço renovador para a função avaliação, principalmente após o advento do documento digital, a “teoria social da avaliação”, proposta por Terry Eastwood, e a “Macroavaliação”, elaborada por Terry Cook, sendo ambas construídas na década de 1990. Neste capítulo, destaca-se o exaustivo panorama sobre a avaliação, permitindo ao leitor conhecer o desenvolvimento histórico e epistemológico da função em questão.

O capítulo seguinte, *Preservando documentos de valor permanente*, escrito pela professora da Universidade Simmons (Boston/EUA), Michèle V. Cloonan, aborda aqueles documentos que, passados pelo processo de avaliação arquivística, são considerados de guarda permanente. A autora inicia nos esclarecendo a diferença entre os termos preservação, conservação e restauração, comparando a utilização destes em diversas áreas, como bibliotecas e arquivos.

Há uma demarcação bastante interessante neste quarto capítulo, quando Cloonan esclarece que os métodos de conservação e preservação em papel continuam se desenvolvendo, embora estejam sedimentados, ao passo que a preservação digital ainda é um desafio. Para esta análise, apresenta historicamente a preservação do suporte papel, perpassando pela preservação das novas mídias, até chegar à preservação digital, distinguindo o uso de técnicas digitais para a preservação de documentos nestes diferentes suportes.

Já Geoffrey Yeo, professor na Universidade College London, é o autor do quinto capítulo *Debates em torno da descrição*. Ao problematizar a descrição, afirma que esta deve ser encarada tanto como um processo, como quanto um produto. Coloca que tal função arquivística é amplamente aceita como elemento para o controle de documentos arquivísticos, embora esteja sempre no centro do debate. E nesse sentido, se propõe a fazer uma revisão dos diferentes modos como a descrição é percebida na Arquivística no presente, além de indicar direções futuras.

Aborda também os conflitos pelos quais passa o profissional que trabalha com a descrição arquivística, oriundos das dificuldades entre o que diz a teoria e aquilo que pode ser realizado na prática. E, de maneira bastante objetiva, conclui o capítulo afirmando que não está claro sobre como estes conflitos poderão ser resolvidos, e que a descrição jamais poderá ser reduzida à certezas simples. Afinal, a complexidade das questões envolvidas à descrição são grandes desafios, certamente consequência inevitável do caráter complexo do documento arquivístico no presente.

Encerrando a segunda parte do livro, a professora da Universidade de Toronto/Canadá, Wendy M. Duff, discute a mediação arquivística, isto é, os serviços de referência em arquivos históricos. A autora afirma que a mediação, ou a referência arquivística, não recebeu a mesma atenção e o mesmo interesse dedicados às outras funções arquivísticas. E que, a partir do momento em que a internet permitiu que os acervos fossem pesquisados de maneira virtual, à distância, e não mais somente de maneira presencial, a ausência de discussões sobre a mediação arquivística ganhou visibilidade.

Nesse sentido, o texto de Duff explora a concepção da mediação arquivística e o que os serviços de referência em arquivos podem oferecer. Justifica que sua preocupação gira em torno dos serviços que fornecem informações sobre o arquivo, o acervo, os documentos e seus produtores, além das *instruções customizadas para o uso do arquivo e do seu material* (p. 174). A partir destes esclarecimentos, ao afirmar que os arquivistas devem procurar melhor formação acadêmica a respeito da mediação arquivística, oferece ao leitor algumas diretrizes sobre como proceder para operar os serviços de referência, tais como a entrevista de referência e seus objetivos, tipos de perguntas, ou seja, tipos de informações buscadas pelos usuários, como lidar com serviços de referência virtuais, além de discutir os conhecimentos e habilidades desejáveis ao arquivista de referência.

Modelos e Metáforas

A terceira e última parte do livro é composta de quatro capítulos, que discutem modelos de tratamento de arquivos, como o ciclo vital e o *continuum*, além dos arquivos

peçoais, bem como as metáforas, isto é, os arquivos como memória e como arsenais de responsabilidade.

O capítulo sete, de autoria do arquivista do Arquivo Municipal de Vancouver, Glenn Dingwall, é intitulado *Modelo do ciclo vital e modelo do continuum. Uma visão das concepções de organização arquivística desde o período do pós-guerra*. No texto, o autor afirma que, dentre muitos avanços da teoria arquivística durante o século XX, está o desenvolvimento de modelos para tratamento e organização da produção e da guarda de documentos, como por exemplo o ciclo vital e o *continuum*, ambos criados no contexto pós-guerra.

Assim, Dingwall examina o contexto histórico de origem e desenvolvimento de cada um dos modelos citados, discute os efeitos de ambos os modelos sobre a organização arquivística para, então, analisar se a utilização do modelo *continuum* pressupõe o abandono do ciclo vital, ou se pode ser estabelecido sobre a estrutura deste. Por fim, expressa sua convicção de que o *continuum* simboliza a mudança de pensamento na teoria e prática arquivística, podendo ser considerado uma reação às limitações observadas no modelo do ciclo vital.

No oitavo capítulo, *Arquivos e memória coletiva. Mais que uma metáfora, menos que uma analogia*, escrito pela professora da Universidade de Michigan/EUA, Margareth Hedstrom, destaca-se o discurso da autora, que guiará toda sua argumentação ao longo do texto, acerca da relação entre o arquivo e a memória coletiva ser muito mais complexo do que a metáfora do lugar da memória indica (p.9). Para sustentar sua afirmação, analisa e apresenta as origens dos estudos sobre a memória, o surgimento da noção de memória coletiva, as relações entre memória e história, bem como da ciência Arquivística e os estudos sobre memória. Termina sua reflexão alegando que mais do que dizer que documentos arquivísticos não são representações da memória coletiva, assim como as instituições arquivísticas não são depósitos da memória coletiva, ou ainda, que sem arquivos não há memória, algo sustentado por muitos discursos no campo dos arquivos, os arquivistas deveriam se aprofundar na perspectiva de como os arquivos são mobilizados para a descoberta ou recuperação de provas que estavam perdidas ou negadas a comunidades em busca de memória (p.255).

Livia Iacovino, arquivista australiana, é autora do nono capítulo, *Os arquivos como arsenais de responsabilidade*. Em seu texto, costura responsabilidades aos arquivos que vão além de “arsenal para administração”, ou ainda, de “laboratório da história”. Justifica sua argumentação analisando os riscos causados por práticas inadequadas na organização e tratamento de arquivos e pela destruição irresponsável de documentos. Defende que os mecanismos de responsabilidade devem ser incorporados desde a produção, até as práticas de gestão de documentos, sendo que estas devem ser, sobretudo, pautadas em questões que privilegiem documentos confiáveis e autênticos. Encerra seu capítulo com uma provocação, isto é, questionando até que ponto os arquivistas e as instituições arquivísticas estão aptos a assumir essa maior responsabilidade.

O décimo e último capítulo do livro, *Vislumbrando o pessoal. Reconstruindo traços de vida individual*, foi escrito pela arquivista canadense Catherine Hobbs, que já no início define os arquivos pessoais, diferenciando-os de aqueles com propósitos jurídicos ou administrativos. Afirma que ultimamente os arquivos pessoais têm recebido maior atenção pela comunidade arquivística.

O texto da autora apresenta o contexto histórico e o debate teórico em torno dos arquivos pessoais, sugere o que afirma serem novas maneiras de tratar estes arquivos e introduz conceitos acerca das características específicas dos arquivos pessoais. Termina nos convidando a elevar e ampliar as discussões teóricas e metodológicas sobre os arquivos pessoais, da mesma forma que nos dedicamos aos arquivos institucionais.

Apresentados os capítulos, ainda que de forma breve, é possível perceber que o livro abarca novas perspectivas para princípios e teorias já consolidados na área, além de atualizar experiências metodológicas. É interessante também pontuar que a obra nos permite conhecer conteúdos sobre a ciência dos arquivos, tal como foram se fazendo presentes na teoria e na prática. E, ainda que no título as correntes de pensamento estejam denominadas como atuais, não podemos considerá-lo um livro datado, mesmo quando este presente se tornar passado.

Por fim, diante das problemáticas, certezas, dúvidas e críticas que se configuram à Arquivística no presente, cumpre destacar que as correntes apresentadas e discutidas ao longo da obra se propõem enquanto alternativas, e não como dogmas. Como bem coloca

MacNeil, as correntes de pensamento tomam variadas direções. Embora existam claras demonstrações de ruptura entre ideias velhas e ideias novas, há também sinais de adaptação e a presença de um espírito de pluralismo (p. 15).

REFERÊNCIAS

COOK, Terry. What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift. *Archivaria*, [S.l.], fev. 1997. Disponível em: <<http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12175/13184>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

Trabalho recebido em: 21 ago. 2017

Trabalho aceito em: 13 out. 2017
